

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) NA CIDADE DE JUCÁS-CE

Lara Paulino Cazé (1); Antonia Laysla Lima do Nascimento (2); Rodolfo Gabriel Santana Ferreira (3); Célia Maria de Freitas Guedes (4)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), larapaulinocaze@gmail.com (1); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), lays-lima@hotmail.com (2); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), gabrielsantana728@gmail.com (3); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), celiafreitasguedes@yahoo.com.br (4)

Resumo: A partir da compreensão em torno da necessidade de se analisar as políticas públicas educacionais no contexto atual do Brasil, realizou-se uma investigação para avaliar a atuação de uma política voltada ao combate do analfabetismo escolar, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). A princípio, o trabalho mostra um breve contexto histórico, no qual se construiu as políticas públicas educacionais no Brasil. Em seguida, apresenta os resultados de uma pesquisa que foi realizada na cidade de Jucás-CE, tendo como proposição compreender o processo de implantação dessa política, bem como a sua metodologia de atuação, avaliação e resultados para o desenvolvimento educacional do município. Para isso, utilizou-se como ferramentas metodológicas a coleta de dados estatísticos e entrevistas realizadas com os principais membros envolvidos na elaboração e execução do programa no município. Com o resultado dessa pesquisa, espera-se que seja possível ampliar os olhares críticos a respeito de políticas públicas educacionais, bem como explicitar sua importância na efetivação da garantia de direitos por meio delas.

Palavras-chave: Política educacional, alfabetização, ação, educação.

Introdução:

Políticas Públicas são ações desenvolvidas pelo Estado, com a participação ou não dos entes públicos ou privados, com a finalidade de assegurar algum direito voltado ao bem estar da população ou para uma área específica, seja ela social, cultural ou econômica. Sendo assim, as Políticas Públicas Educacionais são ações, programas e atividades voltadas para assegurar o direito à educação, sendo desenvolvidas por meio de planos e projetos pensados para melhorar a situação do sistema educacional brasileiro.

Políticas Públicas Educacionais Nacionais são ações, programas e/ou atividades voltadas para garantir o acesso à educação de qualidade a todos, com objetivos e valores específicos, respeitando o direito individual e assegurando o bem comum. No entanto, essa perspectiva muda de acordo com o tempo ou conforme o modelo de sociedade que se quer construir. Dentro dessa temática, este estudo propõe analisar a atuação de uma política pública voltada para o combate do analfabetismo nas escolas públicas do estado do Ceará, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

O programa foi criado no estado do Ceará a partir das ações desenvolvidas pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, em que um grupo criado no ano de

2004, composto por representantes da Assembleia Legislativa e universidades do Estado, teve como objetivo entender, por meio de pesquisas, a problemática do analfabetismo escolar. Após a conclusão do trabalho do Comitê e movidos por uma mobilização social em torno de combater o analfabetismo escolar, foi criado o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) que tem como principal objetivo apoiar os municípios cearenses na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, garantindo a alfabetização das crianças até o 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que ao longo do tempo os resultados do PAIC foram satisfatórios, tanto que em 2012 se tornou modelo para uma política pública nacional, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que assim como o PAIC tem o objetivo de combater o analfabetismo escolar, só que a nível nacional.

Tendo como foco conhecer as ações do PAIC no município de Jucás, na região Centro-Sul do interior do estado do Ceará, localizado aproximadamente a 407 km da capital Fortaleza, à margem esquerda do Rio Jaguaribe, a pesquisa propõe-se a analisar a trajetória das políticas educacionais no Brasil, fazendo uma abordagem histórica, entendendo como as atividades propostas pelo PAIC são realizadas, quais são seus objetivos e os resultados causados pelo mesmo na educação do município.

A importância desta pesquisa para os estudos sobre as Políticas Públicas está no fato de poder questionar a ação do Estado sobre um problema social brasileiro, na ocasião seria os níveis de alfabetização. Dessa forma, permite-se mostrar de maneira clara e eficiente quais os motivos pelo qual se torna necessário a execução de tal política, qual a sua intervenção, planejamento de suas ações, seu desenvolvimento, quais os agentes envolvidos e, por fim, a avaliação dos seus impactos. Assim, é possível concluir o grau de eficiência desta Política Educacional, o PAIC.

Metodologia, Resultados e Discussão:

Para conseguir compreender como se dá a construção das Políticas Públicas Educacionais no contexto histórico, bem como seu processo de execução, tendo como foco o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, levando em consideração que, segundo Marconi e Lokatos (1982), a pesquisa bibliográfica e a documental são semelhantes entre si. Conforme os autores: “documentos são todos os materiais escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica” (MARCONI; LOKATOS, 1982).

O campo de pesquisa foi o município de Jucás, localizado no interior do estado do Ceará, a aproximadamente 407km da capital Fortaleza, na região Centro-Sul. Para

concretização da mesma, foi colhido junto a Secretaria Municipal de Educação (SME) dados que com os quais pôde-se observar a situação dos alunos no início do ano e os níveis de cada escola por meio da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

A princípio, é importante problematizar o próprio significado e entendimento acerca da compreensão das contradições que permeiam e configuram as políticas públicas, sobretudo as educacionais, na sociedade capitalista e suas particularidades na realidade brasileira. Assim, as políticas podem ser entendidas como a relação entre o Estado e a sociedade civil, permeada por conflitos e tensões entre interesses diversos, cujo resultado dependerá da correlação de forças entre os grupos e classes em disputa.

Para uma melhor compreensão dessa relação, Antônio Gramsci (2008) colabora ao afirmar que não há uma separação efetiva entre Estado e sociedade civil, muito pelo contrário, essas duas esferas são complementares e indissociáveis. Nessa relação os governos respondem a tais conflitos a partir de políticas públicas, ora mais avançadas e universalizantes, ora mais restritas e focalizadas, com a participação ou não da população. Dessa forma, tem-se por finalidade solucionar ou minimizar alguns problemas enfrentados pela sociedade, o que exige planejamento, estabelecimento de metas, prioridades e recursos necessários para a elaboração e efetivação de tais políticas.

Como já foram esclarecidas, as políticas públicas surgem a partir da dinâmica da luta de classes que se intensifica com a ascensão e consolidação do modo de produção capitalista. As demandas da sociedade são apresentadas ao poder público por meio de grupos organizados, dentre eles estão os sindicatos, as entidades de classe, associações, Organizações não Governamentais (ONGs), etc.¹ Esses grupos têm o papel de demandar e pressionar os governos sobre as necessidades e os problemas a serem solucionados, seja para uma determinada parcela da sociedade ou a todos de um modo geral (educação, saúde, habitação, renda, seguridade social, etc.).

No bojo do desenvolvimento das políticas públicas, destacam-se políticas públicas educacionais que se expressam em um conjunto de programas e ações voltadas para a gestão e melhoria da educação brasileira. Nesse sentido, é possível considerar como política pública as leis, financiamento, planejamento e programas voltados para o meio educacional.

¹ É importante destacar que esta distinção entre Estado e a sociedade civil é (segundo Gramsci), apenas metodológica. Segundo o autor italiano, a sociedade civil é formada pelos “aparelhos privados de hegemonia” (partidos políticos, sindicatos, jornais, igrejas, etc.).

É importante destacar que a educação vem mudando ao longo do tempo e que ela se encontra em diferentes contextos, adaptando-se e se redefinindo de acordo com os modos de formação, produção ou reprodução de trabalho, vida e sociedade. Portanto, as políticas públicas educacionais estão diretamente relacionadas ao projeto de sociedade que se pretende estabelecer ou ao que está em curso de acordo com cada momento histórico (AZEVEDO, 2001).

Quanto as Políticas Educacionais, temos como principal a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que é a lei orgânica e geral da educação brasileira que, como o próprio nome já diz, dita as diretrizes do sistema educacional.

No decorrer dos anos, no Brasil, a política educacional foi definida de múltiplas formas, pois é um elemento que envolve interesses políticos, econômicos e ideológicos diversos. Isso nos faz compreender que de fato o exercício de construir uma política, não se trata de um trabalho fácil de ser realizado, pois engloba fatores como: uma nação, seus anseios, objetivos e valores e estes não podem ser esquecidos por quem faz o molde de educação de um povo (MARINHO 2017). Dentro desse processo de construção de políticas públicas educacionais, não pode esquecer-se de destacar alguns fatos que ocorreram ao longo de todo o processo histórico educacional do país, como mostra o quadro a seguir:

Fato Histórico	Política Educacional / Modelo de Educação
Período Colonial	Educação Jesuítica/Catequização – Educação como um processo de (des)construção cultural e não como um processo de aprendizagem de ler e escrever. (SAVIANI, 2013)
Primeira República (Séculos IX e XX)	A educação é vista como um fator necessário para o desenvolvimento do país.
1924	Associação Brasileira de Educação (ABE)
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação
Década de 1930	Reforma Francisco Campos e a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e do Conselho Nacional de Educação.
1937	Estado Novo; Criação das Leis Orgânicas do Ensino.
1940	Debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
1961	Lei 4.024/61

1962	Elaboração do primeiro Plano Nacional da Educação (PNE).
1964 a 1985	Ditadura militar – a educação era regida por acordos feitos entre o Ministério da Educação e a Agência de Desenvolvimento Internacional.
1985	Queda da Ditadura Militar – surgimento das primeiras associações de professores, que depois foram transformadas em sindicatos.
1988	Constituição de 1988
1996	Lei 9.394/96
1995 a 2003	Governo FHC – Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).
2003 – 2011	Governo Lula – Ampliação do acesso a escola; Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB); Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Democratização do ensino superior através dos programas SISU, FIES e PROUNI.
2011 – 2016	Governo Dilma Rousseff – Criação dos programas: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Levando em consideração que as políticas educacionais giram em torno de atingir determinadas finalidades de acordo com as necessidades da sociedade, destaca-se uma importante política pública educacional adotada no estado do Ceará, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que tem como meta alfabetizar todas as crianças até no máximo oito anos de idade ou até o segundo ano do Ensino Fundamental.

Para a melhor compreensão de como se deu a estruturação desse programa, é importante ressaltar o processo e os motivos pelo quais se fez necessário uma política pública educacional voltada especificamente para alfabetizar (FERREIRA e SANTOS, 2014).

Entende-se que a alfabetização, especialmente a que acontece no espaço escolar, é um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças e que se constitui em um processo complexo que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão (MORTATTI, 2010).

Historicamente o Nordeste é a região com o índice de alfabetização mais baixo do país. Segundo o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 2002 a taxa de pessoas com mais de 15 anos não alfabetizadas no Brasil era de 9,6% de crianças e adolescentes, enquanto que somente na região Nordeste essa média chega a ser praticamente o dobro, atingindo a taxa de 18,9%. No ano de 2015 a Região Nordeste continuou a apresentar a maior taxa de analfabetismo do país, 16,2%, enquanto que a taxa de analfabetismo nacional é de 8% e no que se diz respeito ao estado do Ceará, esse número sobe para 16,5%, de acordo com o PNAD. Para essa análise, vale ressaltar que, para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma pessoa é considerada alfabetizada se ela souber ler e escrever um bilhete simples.

Tendo em vista os números alarmantes de analfabetismo na região Nordeste, e especificamente observando essa problemática no estado do Ceará, foi criado no ano de 2004 o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, uma iniciativa do deputado Ivo Gomes em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Esse Comitê era constituído por representantes da Assembleia Legislativa, membros de instituições ligadas à educação e de universidades estaduais (GOMES, 2013).

Após a conclusão do trabalho do Comitê e também aproveitando a mobilização social contra o analfabetismo, em 2005 foi criado o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental, além de priorizar a alfabetização, estimular o compromisso dos professores através da valorização profissional (GOMES, 2013).

O PAIC passou por algumas modificações dentro do próprio estado. No ano de 2007 o programa passou a ser prioritário na agenda estratégica do Governo do Estado do Ceará. Em 2011 o Governo do Estado lançou o PAIC MAIS, visando ampliar as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental até o 5º ano, propondo mais ações para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos. Atualmente o programa é intitulado MAIS PAIC e abrange todo o Ensino Fundamental. Em 2015 recebeu o nome de Programa de Aprendizagem da Idade Certa. A iniciativa tem como finalidade que os alunos tenham uma aprendizagem de sucesso e que consigam ingressar no ensino médio com

um nível satisfatório. Com grandes resultados, o PAIC se tornou um modelo para a criação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A alfabetização dá-se da seguinte maneira: aos oito anos de idade a criança precisa ter a compreensão da escrita e da leitura, bem como a relação entre elas e o domínio de compreensão e de produção de texto escrito. Para tanto, é importante observar que o desenvolvimento das capacidades de leitura e produção de textos ocorre durante todo o período de escolarização, mas é de extrema importância que seja iniciado o quanto antes na Educação Básica para poder garantir que nas séries avançadas as crianças sejam capazes de ouvir, falar, ler e escrever sobre temas diversos, além de agir na sociedade. (SIMONETTI, 2007)

Diante do exposto, é relevante mencionar que a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor tem a função de alfabetizar e de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Segundo Paulo Freire, a alfabetização é a principal porta de acesso à educação formal e um elemento imprescindível para a qualidade de vida e exercício de direitos.

O fator analfabetismo ainda é um problema no Brasil, apesar de ter diminuído ao longo do tempo, os números ainda são alarmantes. Isso é uma realidade causada pelos modelos de educação arcaicos, sem inovação que acabam gerando insegurança e insatisfação, mas, sobretudo, pela perpetuação do caráter dependente de nossa economia e da natureza antipopular das nossas elites. Dessa maneira, faz-se importante uma política educacional voltada para essa problemática.

Para identificar melhor a prática do PAIC e com a intenção de ouvir os sujeitos que estão diretamente ligados à execução dessa política, foram selecionados três profissionais que contribuíram para obtenção de dados por meio de entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2007) que é um “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 94).

As entrevistas foram estruturadas e seguiram um roteiro elaborado anteriormente e que não pôde ser reformulado ou adaptado durante ou depois das entrevistas. A metodologia adotada foi definida pelo fato da entrevista nos possibilitar a coleta de dados em uma conversa oral, permitindo-nos captar e refletir sobre o que os entrevistados sabem, pensam, esperam, sentem, desejam ou pretendem fazer sobre determinado assunto.

O primeiro entrevistado foi um dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação responsável pela execução do PAIC no município, depois duas professoras de escolas distintas, uma localizada na zona urbana e outra na zona rural. A escolha das escolas se deu

baseada nos níveis de alfabetização do município, onde uma escola apresenta o maior índice de alfabetização e a outra o menor, respectivamente. Além disso, o fato de poder observar e conhecer a vivência desse programa através de dois ângulos totalmente diferentes.

Um fato relevante é o contraste entre essas duas escolas, em que uma apresenta resultados satisfatórios referentes ao nível de aprendizado de seus alunos na leitura e na escrita e a outra se encontra em uma situação bem adversa. Isso é interessante, principalmente, por se tratar de duas turmas da mesma idade e de serem duas escolas que fazem parte da mesma rede de ensino, embora uma esteja localizada na zona urbana, e a outra na zona rural. Nesse sentido há um desafio para o poder público de diminuir esse dualismo interno na própria rede de ensino do município.

Alguns fatores que podem ser observados é a falta de recursos financeiros, a ausência de planejamento e uma gestão deficiente com relação à distribuição de verbas para melhoria da estrutura física e para distribuição de materiais. Para diminuir essa disparidade, é importante ter mais financiamento na área da educação, mas também é preciso se apropriar das ferramentas de planejamento para que haja um investimento significativo, a fim de dar condições adequadas e igualitárias às duas escolas.

A partir do conhecimento sobre as turmas, as condições de cada escola e do sistema de avaliação do programa, foram feitas as entrevistas.

A despeito das diferentes abordagens e visões, observa-se nos três profissionais um conhecimento considerável sobre a história e as contradições do programa no município. Segundo as respostas colhidas durante a entrevista, o objetivo principal do PAIC e conseqüentemente da SME é executar as ações propostas pelo programa, garantindo a alfabetização dos alunos até o 2º ano do Ensino Fundamental e dar continuidade a esse processo de aprendizagem até o 9º ano.

A metodologia adotada pelo PAIC é posta em prática por meio das orientações das propostas curriculares de Língua Portuguesa e Matemática que contemplam as habilidades necessárias para cada ano, contidas no material estruturado e elaborado por Amália Simonetti². Junto ao livro didático do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a metodologia prioriza a alfabetização e letramento durante o trabalho pedagógico voltado para interdisciplinaridade.

² Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade é graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação também pela UFC e professora do Departamento de Economia Doméstica da mesma instituição. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento da Criança, uma escola de Educação Infantil que atende filhos de professores, funcionários e estudantes da UFC. Fundadora e assessora da Escola Espaço Vida. Ministra cursos de formação de professores da Educação Infantil. É também consultora e coordenadora do eixo de gestão pedagógica do Programa Alfabetização na Idade Certa.

Na visão dos sujeitos que estão envolvidos diretamente com a prática dessa proposta, é sugerido que a metodologia do programa é inovadora. Foi possível identificar nas falas das professoras grande valorização das propostas e projetos desenvolvidos pelo programa, o que demonstra um certo anseio de ações que superem a pedagogia tradicional e promova uma aprendizagem mais significativa.

Os alunos atendidos pelo programa são crianças da educação infantil e de todo o segmento do ensino fundamental. É importante lembrar que, inicialmente, o PAIC era um programa de ações voltadas somente até o 2º ano, atualmente, a ação se estende até o 9º ano, visando ainda mais a melhoria do aprendizado do aluno.

Quando se fala no público alvo dessa política, é sempre enfatizado que o programa atende a todos sem exceção. No entanto, quando se trata da educação inclusiva e a incorporação de crianças com os mais variados tipos de deficiências e transtornos nas atividades do programa, há controvérsias entre os sujeitos entrevistados. Segundo a coordenadora, o programa atende sim de maneira inclusiva. A mesma cita o *Atendimento Educacional Especializado* como uma extensão do programa voltado para este fim, embora o programa não possua um material específico para trabalhar o processo de inclusão. Já as professoras, ambas enfatizam que não há nada específico para essa questão. E aqui entra a ação do professor mais efetivamente, a de não só colocar em prática toda a proposta pedagógica, mas também de adaptar tais propostas de acordo com a realidade e particularidade de cada aluno.

No que diz respeito aos resultados do programa na cidade de Jucás, eles mostram que desde a sua implantação é possível notar uma considerável melhoria (pelo menos quantitativamente) no desempenho dos alunos das séries em que foi iniciado. Hoje, no município, os resultados das avaliações internas mostram um aumento em média de 10% a 50% de alunos alfabetizados nas turmas de 1º e 2º ano (Dados SME). Em uma avaliação geral da atuação dessa política no município de Jucás, é possível observar que a proposta pedagógica do PAIC é praticada na sala de aula e faz parte do planejamento do professor, bem como de sua atuação no cotidiano da sua turma. É uma metodologia inovadora que indica um caminho para chegar a um fim. No caso, esse fim é a aprendizagem do aluno ou o alfabetizar e letrar. Por outro lado, é preciso ser levado em consideração que para se chegar a resultados totalmente satisfatórios não basta apenas atingir as médias estabelecidas pelo sistema de avaliação, é preciso também verificar a qualidade do aprendizado.

Conclusões

No decorrer desta pesquisa, o primeiro objetivo foi tentar mostrar, através de um resgate histórico, como as políticas públicas educacionais no Brasil foram sendo construídas ao longo do tempo, de acordo com as necessidades de cada época e principalmente de maneira condizente ao que era de interesse dos governos nos quais essas políticas foram sendo elaboradas e postas em prática. Nesse aspecto podemos destacar o período desde os anos 1960 até início de 2000 (da ditadura militar até Fernando Henrique Cardoso) os governos mantiveram uma política educacional conservadora, subfinanciada e distante das aspirações de estudantes, professores e organizações da classe trabalhadora.

Entretanto, durante os governos Lula e Dilma, é notável o grande crescimento no que se diz respeito às políticas públicas, mesmo que contraditórias e focalizadas, assim como os avanços dos movimentos sociais que historicamente têm lutado pela conquista de direitos.

Dentre as políticas públicas educacionais no Brasil, destaca-se o objeto de estudo dessa pesquisa, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma política desenvolvida no estado do Ceará, que auxilia os municípios no combate ao analfabetismo, tendo como foco a alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.

A pesquisa foi realizada por meio de uma coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Educação, o que permitiu que fosse feita uma análise dos dados quantitativos correspondentes aos níveis de alfabetização de duas escolas, verificando as médias do município segundo o SPAECE. Nesse aspecto, foi possível verificar a diferença que há entre essas instituições nos seus respectivos níveis de alfabetização e aprendizado. O que pôde ser verificado é que a escola localizada na zona rural passa por uma série de dificuldades como o número de alunos por turma, a distância percorrida pelos mesmos todos os dias para chegar até a escola, seja de transporte escolar, a pé ou outro meio, o contexto familiar diverso, até a estrutura física da própria escola. Embora haja o esforço em superar essas dificuldades, a verdade é que essa realidade influencia diretamente nos resultados e desempenho da escola.

Mais um fator relevante da pesquisa foi pensar na garantia de direitos. As políticas públicas devem ser elaboradas de maneira a garantir os direitos dos cidadãos, suprimindo as suas necessidades e atendendo a todos sem distinção. Para tanto, é necessário que sua prática seja efetivada e eficiente do início ao fim, sem diminuição ou falta de investimento e restrição de público, além de um efetivo controle social e participação dos interessados.

Outra dimensão observada e que deve ser superada por essa política é a questão da inclusão, vista pela gestão como uma área contemplada pelo programa, no entanto, na prática suas propostas didáticas não atendem a esse público específico, ficando a cargo do professor fazer as devidas adaptações. O que nem sempre acontece, pois na forma governamental de

avaliar a política (SPAECE) o aluno com deficiência não tem peso na avaliação. Portanto, o seu rendimento não influencia no resultado final do rendimento da turma. Isso leva a entender que a alfabetização da criança com deficiência não é vista como uma das prioridades do programa e nem dos resultados avaliativos dessa política.

Por meio das entrevistas foi possível obter mais do que dados estatísticos, mas também uma descrição de todo o processo das ações do programa no município, permitindo exemplificar de maneira clara e objetiva boa parte das questões que envolvem o tema como: avaliação, metodologia, proposta didática, público alvo e resultados.

As entrevistas também mostraram um olhar amplo dos sujeitos envolvidos com a ação dessa política. Foi possível perceber que todas as entrevistadas conhecem o programa e têm propriedade para falar sobre ele, descrevendo sua prática e sua historicidade, e que também são capazes de ter suas próprias avaliações a respeito da política.

É notória a distinção de opiniões entre os entrevistados quando se fala sobre os resultados da política e nesse ponto há uma diferença em relação à relevância dos resultados quantitativos e qualitativos do programa. Isso nos leva a crer que é importante enxergar os resultados dessa política além do caráter quantitativo. É preciso pensar em uma política alfabetizadora que não só ensine a ler, escrever e absorver conteúdos transmitidos por parte do professor ao aluno, pois “desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositórios e o educador o depositante” (FREIRE, 2005).

Na avaliação de uma política educacional voltada para desenvolver o nível de aprendizado e combater o analfabetismo escolar, é importante mostrar o significado desse aprendizado, para que o aluno não seja apenas um instrumento de reprodução, mas sim de problematização. A educação deve ser qualitativa e dessa maneira a alfabetização deve servir como meio de desenvolvimento de uma consciência que interpreta e critica, tornando seres capazes de transformar a sociedade em que estão inseridos.

Referências

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. **Políticas Públicas Educacionais:** apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista LABOR, n. 11, v.1, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. FREIRE, A. M. A. (org.) 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.144p.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Alfabetização na Idade Certa:** garantir a aprendizagem no início do ensino fundamental. Câmara dos Deputados: Consultoria Legislativa. Brasília, DF,

2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/cp13004.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.V1.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 Brasil. 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>> Acesso em 06 Jun. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARINHO, Iasmin da Costa. **Política Educacional**. InfoEscola: Navegando e Aprendendo. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Ódecio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? In: **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

MORTATTI, M. do R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Rev. Bras. de Educação, v. 15, n. 44, p. 329-410, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 472p

Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **PAIC**. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/objetivos-e-competencia>> Acesso em: 05 de Jun. de 2018.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lmparina, 2007, 126p.

SIMONETTI, Maria Amália G. A. **O Desafio de alfabetizar e letrar**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2007 208p.